



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.
Sub-eixo: Ética, formação e exercício profissional.

EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA NO SUAS: PROCESSOS E DESAFIOS NO MARANHÃO

AURORA AMÉLIA BRITO DE MIRANDA¹
LILIA PENHA VIANA SILVA²
MARIA LEIDINALVA BATISTA MIRANDA³

Resumo: Análise sobre a Educação Permanente do SUAS como elemento fundamental para seu processo de institucionalização e consolidação, tendo em vista as determinações da NOB-RH/SUAS na perspectiva do aprimoramento da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais. O artigo objetiva socializar os resultados da experiência do CapacitaSUAS no estado do Maranhão, destacando as tendências ético-políticas que o presidem e as diversas ordens de desafios daí decorrentes.

Palavras-chave: Assistência Social; Política Pública; Educação Permanente; CapacitaSUAS

Abstract: Analysis of the Permanent Education of SUAS as a fundamental element for its process of institutionalization and consolidation, in view of the determinations of the NOB-RH / SUAS in the perspective of the improvement of management, services and socio-assistance benefits. The article aims to socialize the results of the CapacitaSUAS experience in the state of Maranhão, highlighting the ethical-political tendencies that preside over it and the different orders of challenges arising therefrom.

Keywords: Social Welfare; Public Policy; Continuing Education; CapacitaSUAS.

1. INTRODUÇÃO

O direito à Assistência Social é fruto de longa construção histórica dos trabalhadores por condições humanas de sobrevivência. No Brasil, a Assistência Social transitou, por muitas décadas, no campo despolitizado entre a caridade cristã e a filantropia, apenas no final da década de 1980 passou a compor o rol das políticas de Seguridade Social devidas pelo Estado brasileiro como forma de proteção às adversidades de insuficiência ou ausência de renda, decorrentes da sociabilidade capitalista em seu atual estágio de

¹ Professor com formação em Serviço Social Professor. Universidade Federal do Maranhão. E-mail: <aameliabm@uol.com.br>

² Professor com formação em Serviço Social Professor. Universidade Federal do Maranhão.

³ Professor com formação em Serviço Social Professor. Universidade Federal do Maranhão.

desenvolvimento, bem como de inaptidão ao trabalho por situações intergeracionais ou de deficiência (SILVA, 2013, p.03).

Apesar do status de política pública, vem enfrentando dificuldades em seu processo de institucionalização em face do processo aligeirado como se deu a descentralização e municipalização das políticas públicas na década de 1990, sob as orientações neoliberais, sem o tempo necessário para a criação das bases colaborativas entre os entes federados, segundo afirmam Abrúcio e Costa (1999). Essa onda descentralizante colocou para os municípios em seu processo de autonomia recente, obrigações que eles não compreendiam e que não tinham condições financeiras e técnicas de cumprir sem a colaboração dos demais entes federados, a União e os Estados.

Mudanças tão radicais, sem a construção das bases técnicas e financeiras vêm dificultando a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, criado em 2004 e incorporado à LOAS sob a Lei 12.435/2011. As ações, a partir de 2010 obedecem à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais organizados conforme o nível de complexidade, em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. (BRASIL, 2009).

Pesquisas mostram que as dificuldades para a institucionalização do SUAS se estendem por todo território nacional e tem na ausência de cofinanciamento pelas três esferas de governo, de modo a cumprir com as competências legais, um dos mais importantes desafios a ser superados. A ausência de financiamento, principalmente pelos Estados e municípios, é fator determinante para a construção ou não das unidades públicas de referência, para que os serviços socioassistenciais de proteção social básica e de proteção social de média e alta complexidade possam ser desenvolvidos, por equipes profissionais de referência conforme a NOH/e NOB/SUAS.

A necessidade de constituição das equipes de trabalhadores, conforme os níveis de proteção, mediante concurso público, com salários decentes, elementos fundamentais à consolidação do SUAS, tem recebido como resposta: contratos temporários, vínculos precários, fragilizados, baixos salários, exigindo que os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS tenham cargas de trabalho superior a 40 horas, trabalhando em vários municípios como forma de assegurar sua sobrevivência. Outro aspecto desafiante na implementação do SUAS é a formação permanente e continuada dos trabalhadores e trabalhadoras, uma vez que só a graduação não assegura a gama de conhecimentos especializados, necessários à operacionalização dos serviços socioassistenciais. Esse desafio só pode ser enfrentado pela ação articulada entre os três entes federativos.

Este artigo tem por objetivo configurar a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS como elemento fundamental no âmbito do seu processo de institucionalização tendo em vista as determinações da NOB-RH/SUAS no que se refere à necessidade do desenvolvimento de um processo de educação permanente e continuada dos trabalhadores, na perspectiva do aprimoramento da gestão, dos serviços e benefícios socioassistenciais. O artigo objetiva ainda, socializar os resultados da experiência do CapacitaSUAS no estado do Maranhão, destacando as tendências ético-políticas que o presidem e as diversas ordens de desafios daí decorrentes.

O artigo justifica-se também pela inserção do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÊS, vinculado ao Departamento de Serviço Social da UFMA, representante institucional da UFMA na Rede Nacional de Educação Permanente e Continuada do SUAS, na execução do Capacitasuas no estado do Maranhão. Inicialmente aborda-se a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS como elemento fundamental da gestão do trabalho no SUAS. Em seguida apresenta de forma resumida, resultados da experiência do CapacitaSUAS no Estado do Maranhão.

2. EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA: desafio à implementação do SUAS.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS, foi instituída através da Resolução CNAS nº 04, de março de 2013, objetivando institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo diretrizes e princípios e definindo meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação. Tem como objetivo geral, contribuir com a profissionalização na área, através de duas dimensões: a do trabalho, que busca refletir sobre os processos de trabalho na assistência social e a dimensão pedagógica, que compreende os processos continuados de capacitação e de formação nas respectivas áreas de atuação.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS tem como finalidade contribuir com o aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais no país, através de um processo de educação continuada em que os cursos ofertados partam dos patamares de Introdução e Atualização, com a perspectiva de chegar até ao Mestrado Profissional.

A PNEP/SUAS tem como público os trabalhadores do SUAS, com ensino fundamental, Médio e Superior, com atuação na rede socioassistencial governamental e não governamental, assim como os gestores e agentes de controle social no exercício profissional. Possui três princípios orientadores: a interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa e a historicidade. A interdisciplinaridade vem ressaltar que nenhum conhecimento é superior e nem pode substituir o outro, o que requer integração, complementaridade e especificidade no processo de trabalho, tendo em vista o trabalho em equipes multidisciplinares, visando assim, a criação de novos saberes.

O princípio da aprendizagem significativa busca através de diferentes estratégias pedagógicas incorporar, ao ensino e à aprendizagem,

elementos como: as experiências de vida e de trabalho do capacitando; seus valores, conhecimentos e habilidades; características e especificidades dos contextos locais e regionais relevantes para o exercício do trabalho profissional.

O princípio da historicidade possibilita à PNEP/SUAS constituir-se nos marcos da sociedade capitalista. Neste sentido, pode-se reafirmar sua lógica ou romper com esta, afirmando os princípios do SUAS e da LOAS. Habilidade (técnica), atitude (postura ético-política) e conhecimento (poder), constituem o tripé de capacidade almejada para os trabalhadores. Assim, a PNEP materializa a oportunidade de oferecer aos trabalhadores do SUAS a formação para o desempenho qualificado do trabalho profissional e de novos conhecimentos adquiridos e construídos. Busca romper definitivamente com o paradigma da Assistência Social como política subalterna, que pode ser feita de "qualquer jeito" e por "qualquer um", vista de forma pontual, com características de benevolência, caridade, benesse, favor e não como direito do cidadão. Qualificar e valorizar os trabalhadores da assistência é imprescindível para a gestão e execução dessa política pública.

A Política Nacional de Educação Permanente constitui, assim, uma resposta às demandas por qualificação do provimento dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle social do SUAS, visando à emancipação dos trabalhadores e dos usuários do Sistema e a implantação da cultura da Educação Permanente no âmbito do SUAS, tendo em vista que, as ações de formação e capacitação caracterizavam-se até pouco tempo, pela fragmentação e descontinuidade; ausência de um arranjo coordenado que definisse percursos mínimos formativos e fragilidades na construção das necessidades de capacitação.

A contribuição do CAPACITASUAS e outras fontes de informação e gestão se coloca exatamente, no contexto da luta contra o voluntarismo e clientelismo presentes historicamente na Assistência Social. Assim, o protagonismo dos trabalhadores do SUAS poderá ser exercido a partir das múltiplas determinações que os constituem enquanto trabalhadores em sua dimensão de sujeitos e os papéis que desempenham a partir da articulação

entre os projetos profissionais particulares das diversas profissões e os projetos societários em disputa, o que exige dos trabalhadores da Assistência Social, conforme, coloca Yazbek (2014. p. 135), que sejam sujeitos de sua própria educação e não objeto dela. Portanto, sujeitos ativos na construção do seu conhecimento, responsabilizando-se também por sua educação, procurando meios que levem ao aperfeiçoamento de sua ação profissional.

Tendo em vista que educar é fazer emergir experiências de aprendizagem e criatividade para a construção de novos conhecimentos. Mas a questão não é apenas adquirir conhecimentos já prontos e disponíveis, como se estivesse no mercado, mas a capacidade de aprender a apreender, para construir novos caminhos e habilidades, acessar e construir de forma mais flexível e ágil fontes de informação sobre as realidades, considerando sua diversidade e particularidades. (YAZBEK, 2014). O processo de educação permanente exige sua vinculação à realidade, a clareza na construção de explicações, na perspectiva de delinear resistências, construir novos caminhos, perspectivas, alternativas e utopias coletivas.

É pressuposto fundamental a dimensão política do trabalho profissional no processo de educação permanente, tendo em vista que não basta “saber” ou “fazer”, é preciso não separar conhecimento, ação e direção política da ação. Pois entendemos que o SUAS está permeado por tendências tanto conservadoras quanto emancipatórias, e assim, é necessário fortalecer os que operam com sua formulação como Política Pública em construção a partir de princípios universais dos direitos da cidadania.

Assim, a educação permanente no SUAS visa tanto ao desenvolvimentos de novas competências, quanto à modificação de processos de trabalho, tendo em vista, à valorização dos sujeitos beneficiários do Sistema.

3. TENDÊNCIAS ÉTICO-POLÍTICAS DOS TRABALHADORES DO SUAS COMO DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PERMANENTE.

A experiência do Capacitasuas no Maranhão, ao se deter sobre a dimensão ético-política do trabalho, expõe ambiguidades do discurso dos seus trabalhadores em relação aos usuários, apontando grandes desafios para a educação permanente. Tal discurso, ancorado no contato direto com o universo de questões, exigências e condições objetivas, tende à ideologização, distanciando-se dos sujeitos reais nos territórios vivos por eles habitados. É esse abismo o principal elemento que permeia as tendências de que trataremos a seguir, cujo (re)conhecimento e enfrentamento crítico é tarefa central da educação permanente.

3.1 O mito da vadiagem e a reprodução ideológica da punição

Uma primeira tendência presente no discurso profissional, revela a reprodução, com força renovada, da noção de punição da pobreza, muito além de sua culpabilização.⁴ A adquirir força crescente, vem traduzida na denúncia de traços que denotariam, de acordo com sua fala, “fraqueza de caráter”, “vícios de esperteza”, “má conduta e às vezes até má fé,” “acomodação” e “preguiça”⁵. É flagrante o reaparecimento do velho mito da vadiagem⁶. E não são falas ocasionais, como também não planejadas ou “conscientes”. Aparecem em meio a narrativas sobre as dificuldades de trabalho, como “desabafos”, lapsos de um discurso atento a se fazer politicamente correto, denotando o que os afeta de fato na “relação cotidiana com os usuários”, na “gestão e execução precarizada”, “indiferenciada” de políticas públicas, como definem o que fazem no cotidiano.

Devemos considerar que esse discurso tem influências externas. A Assistência Social permanece uma área carregada de preconceitos, inclusive por expor, sem reservas, diante da sociedade, sua ferida aberta, seu lado sombrio, débil e indesejável. E assim, o “caráter emergencial” de que se

⁴ Aqui, a identificação com usuários do Bolsa Família é quase imediata. Mesmo feita a distinção, a referência a não usuários como moradores de rua, adolescentes em conflito com a lei, etc, incorre na mesma avaliação.

⁵ Todas as expressões ou frases entre aspas, são dos trabalhadores do SUAS no Maranhão, registradas durante as oficinas e/ou coletadas em questionário de pesquisa aplicado pela coordenação do Projeto.

⁶ Em *o Capital*, Marx (2002), referindo-se ao que chama o segredo da acumulação primitiva, mostra como o mito serve para justificar a violência com que nasce o capitalismo. Está na origem da desigualdade que funda a questão social.

ressentem os profissionais, aludindo ao trabalho, se transmuta em evidente sentimento de subalternidade. Diante do espelho em que se vêem refletidos, a “não valorização” do que fazem, própria da lógica de capital, é internalizada e identificada como própria da assistência social em si, gerando fatalismo e fraqueza de agir.

Os usuários, muito longe de confirmar tal fatalismo, não tem incapacidade de pensar e agir, mas a impotência de um corpo e uma mente inexplorada, atrofiada ao limite, a requerer muitas e diversas ideias, práticas, sujeitos, instituições, para que sua força vital comece a se expressar, porque é disso que se trata e é um longo caminho, nunca solitário, seja do trabalhador, seja do usuário, estando na relação entre os dois. A impotência deste último é mais aberta, menos sutil e não seria menor tendo ele condições materiais para sofisticá-la, para inserir-se no modo de vida dominante. Não tendo acesso de fato, a nenhuma variação em termos de outros modos de vida, fora desse quadrado minúsculo que é sua existência diária e “sem horizonte”, nasce um pensamento mutilado, reforçado pelo pensamento igualmente mutilado do profissional.

O resultado desse alheamento por quem tem a responsabilidade de ir além do senso comum e responde por questões que dizem respeito no mínimo ao direito de viver, é uma primeira via de distanciamento e relação de exterioridade com o usuário e por isso mesmo, com o trabalho. O conhecimento do senso comum, desagregado e disperso, não é privilégio do usuário, a quem o profissional levaria um outro, crítico. A diferença, se alguma há, é aparente e reside no lugar social ocupado, no grau de informação, que tendo um e outro não, produz uma relação hierárquica de poder e saber, com um ponto de chegada comum: reprodução atualizada da criminalização da pobreza.

3.2 A (re)vitimização e a tutela

Pela mesma lógica da culpabilização, e em seu extremo oposto, outros depoimentos dos profissionais reiteram, ainda que sob outra intenção, a condição subalterna dos usuários mas agora, pela vitimização. Os usuários são assim, definidos com expressões vagas como “vítimas da sociedade de classes”, “da desigualdade”, do “sistema capitalista”, etc. Ainda que sua condição de fato seja de subalternizado, não há nela uma essência que o defina de uma vez por todas, caso em que ele se torna uma nulidade a ser tutelada pelo trabalhador e por suposto, pelo Estado. Mas é o que está na base desse dessa segunda tendência. Se usuário e por isso o trabalho é sinônimo de falta, não há o que fazer ou potências a explorar e tudo se resume a “identificar riscos e vulnerabilidades”, administrando-as.

É forçoso reconhecer a incomensurável violência que é reforçar no sujeito uma fraqueza suposta que o capital incute interessadamente nele. É talvez mais danoso politicamente do que culpabilizar, porque retira o potencial de ação e “esforço” e sem isso, resta apenas a obediência ao mando, aberto ou velado, que de diferentes modos, sobre eles se exerce. Sem essa compreensão, os profissionais se não culpabilizam, no verso da mesma moeda, defendem, mas de modo paralisante e fatalista.

Definições do trabalho mais claras ou menos claras, o grau de conhecimento aqui, só pode ser medido pelo maior ou menor domínio normativo. Isso somado às exíguas condições objetivas de trabalho e a um frágil suporte crítico-reflexivo, faz conviverem boas intenções e fatalismo mantendo os usuários na mesma condição que chegam. O esforço, e ele existe, se desperdiça em repassar serviços e benefícios, intencionalmente articulados em torno da “centralidade da família”, repetem em uníssono, sem questionamento do que isso significa ou em adesão consciente a essa ideia, ignorando o enorme limite e privatismo conservador que tal centralidade representa. É sintomático, por exemplo, que dentre os eixos da própria política, família seja priorizada em detrimento do território, quando, se devidamente refletida, é esta a ideia prática prioritária, porque socialmente mais abrangente e mais potente numa perspectiva real de enfrentamento da pobreza. Para tanto, contudo, é indispensável problematizar a e ressignificar nessa área, o

conceito de território, resgatando e refletindo coletivamente a heterogeneidade das experiências dos usuários, seus modos de vida e trabalho, seus saberes, sua diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, geracional, as diferenças regionais. Essa tarefa guarda no seu cerne um desafio central: mapear, sistematizar e reconceituar, atualizando, a interpretação do campo e da cidade, assim como suas diferenças interdependências, rompendo com o tradicional hegemonia do urbano, sinônimo de desenvolvimento e modernidade sobre o rural, que o tem tornado menor, expressão de atraso e pior, invisível, o que anula potencialidades indispensáveis à vida dos usuários e ao trabalho profissional nos territórios.

O que de diferentes modos os usuários sinalizam, se vistos de modo articulado, são indicações que bem podem constituir uma ampla estratégia de enfrentamento da pobreza, em todas as suas formas de manifestação, a ser experimentada no plano local, sabendo serem problemas globais, com a experimentação direta e envolvimento igualmente direto dos profissionais, investigando, atuando e reunindo no mesmo conjunto de ações, nos mesmos lugares sociais e políticos, com os mesmos sujeitos, em diferentes e móveis composições, respostas sustentáveis para questões como a saúde, educação, habitação, água, energia, trabalho, vínculos sociais, relações geracionais, de gênero, raça, etnia, respeitadas suas particularidades e explorados seus elos. Trata-se de uma composição contínua que de diferentes modos, comporta inúmeras outras menores e maiores composições, dentro e fora de cada experiência.

Potencialidades, porém, não estão na ordem do dia ou não são identificadas, ou ainda, se confundem com a rede sócio-institucional de atendimento, o que resulta em mais conservadorismo, a despeito das melhores intenções. Assim, o corpo profissional e muitas vezes, cada profissional individualmente, oscila entre culpabilização e “compaixão”. Sem compreender a dinâmica da vida do usuário, porque não a acompanham para além das definições prévias da política e muitas vezes, apenas do equipamento a que se vinculam ou pior, dentro de determinado programa no interior do equipamento, os profissionais tem tudo, menos visão de conjunto mínima, e ignorantes da

força dos usuários, supondo que ela não exista, reiteram a fraqueza própria, como sujeitos desses processos.

3.3. *“cultura” do direito e privatismo*

Há nas experiências, uma terceira tendência politicamente mais expressiva e demarcada, determinada tanto pelas reflexões críticas sobre a Assistência Social, a imprimir um sólido suporte técnico, como pela adaptação do discurso hegemônico construído na formação acadêmica dos trabalhadores. Contudo, a despeito da passagem de mera carência para a noção comum de direito e do reconhecimento do usuário como sujeito, ser o carro-chefe de um discurso consensual, na descrição do que é e do que faz, nenhuma diferença em relação ao padrão anterior. É o mesmo desenho que aqui se repete, acrescido do que está por ser feito, dos reconhecimentos críticos pontuais e da clareza quanto aos desafios que fundamentalmente a Política em questão, enquanto tal, lhes coloca.

Falta aos profissionais, mais recursos e fundamentos de reflexão, para formular um pensamento e ação mais potentes. Ao lado disso, falta-lhes imersão na vida, nas formas de sociabilidade dos usuários, disposição e uma abertura rigorosa dos sentidos para recolher, antes de qualquer proposição.

Estando no campo da emancipação política que reafirma a propriedade privada, tal como denuncia Marx (2010), essa é uma tendência que tem seus limites na suposição de poder efetivar direitos na luta contra sua retração, criticando o Estado mínimo, mas mantendo o privatismo e o individualismo que estão na raiz da noção de direito do Estado Moderno. É composta de narrativas que, conhecendo em profundidade a lógica da política de Assistência Social e dominando o conjunto das suas normativas, construindo, acompanhando e se adequando a cada alteração, reifica a ação profissional colada na reificação da política.

Na ânsia de responder pela via técnica, há excesso de determinação, expresso na patologia da regra, na institucionalização da vida que aparece no trabalho. Isso não há dúvida, é determinado pela lógica gerencial do Estado, mas não anula o fato de encontrar eco no desejo dos

profissionais de ter tudo determinado previamente, particularmente do ponto de vista técnico-instrumental.

Por seu turno, os usuários se distanciam mais e mais. Estes, remetem a uma diversidade de conhecimentos e a uma árdua tarefa de descolonização da vida no cotidiano, a libertá-la das regras das instituições que não se renovam porque não se abrem a essa escuta, o que, precisamos lembrar, não é problema exclusivo da Assistência Social.

A frustração, a insegurança e a instabilidade compõem uma fala profissional alheia a tudo isso, em que predomina a falta e se combina com o relato de poucas experiências consideradas exitosas, segundo as quais, o desenho da política é exemplarmente executado. Porque a reificam, a política é para os trabalhadores, a finalidade última do trabalho, resvalando para as ilusões da cidadania e democracia burguesa, num país de capitalismo dependente que não passou por uma revolução protagonizada por essa classe, nos moldes europeus (Fernandes, 1986) e onde os limites da emancipação política não são reconhecidos. Estamos diante de um novo tecnicismo, porque combinado a um discurso que se supõe crítico e com ele, mantemos a causa (propriedade privada) através da luta pelo efeito, (Estado Político).

O que se explicitam agora e com veemência, são efeitos de lacunas existentes e não enfrentadas ao longo do tempo, o que, num contexto de fundamentalismos e individualismos exacerbados, favorece a explicitação de traços do passado e assim, reaparecem tendências autoritárias, conservadoras e reacionárias. Para fazer frente a isso, tendências contrárias se põem na trincheira da defesa de direitos conquistados, trazendo em grande medida, a polarização que há na sociedade.

4. A EXPERIÊNCIA DO CAPACITUAS NO MARANHÃO: desafios e potencialidades.

Os esforços no sentido da realização do CapacitaSUAS no estado do Maranhão tiveram início no ano de 2012 e a UFMA, única instituição do

estado credenciada na primeira chamada, ingressou por interesse de pesquisadoras do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas – GDÈS, Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Serviço Social - DESES e ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP.

O primeiro desafio a ser enfrentado foi gerado pelo fato de **o lançamento do Programa em âmbito nacional não ter considerado as especificidades das legislações estaduais para o repasse de recursos à IES**, o que rendeu dois anos e meio de debates e de atraso na implementação do Programa em relação aos estados que iniciaram em 2012. Como desdobramento a SEDIHC conseguiu parecer da Procuradoria Geral do Estado para a realização com a UFMA, de um *contrato por dispensa de licitação*, haja vista ter sido a única instituição de ensino a se credenciar no Maranhão e a única a apresentar custos compatíveis com o recurso disponível.

No primeiro mês do ano de 2015, com a posse da nova gestão do governo do Estado foram retomadas as reuniões de trabalho entre as equipes da SEDES e da UFMA, visando o planejamento das ações do CapacitaSUAS – Maranhão e a mobilização dos municípios e participantes, através de uma ação articulada entre SEDES e Coordenação do Projeto na UFMA. Outro desafio determinante para o CapacitaSUAS foi a **impossibilidade de descentralização dos cursos diante dos recursos disponibilizados para a capacitação pelo baixo cofinanciamento da esfera estadual**. A quantidade de cursos e a meta de capacitados pactuados, sem o correspondente aporte de recursos, impediu a descentralização dos cursos para ocorrerem nos municípios ou mesmo regiões do estado, conforme planejado inicialmente pelas equipes.

Decorrente da centralização da capacitação na capital São Luís, o *deslocamento dos participantes para a capital dificultou a participação*. Este nível de participação insuficiente se deu em função do *não cumprimento do Termo de Aceite firmado entre a SEDHIC e as Prefeituras em 2012*, ocasião em que os prefeitos se comprometeram a garantir a participação de suas

equipes, custeando o deslocamento e hospedagem. A falta de cumprimento do Termo de Aceite pelas municipalidades expressa, segundo SILVA (2013), uma das continuidades conservadoras no SUAS, a *concepção conservadora de assistência como ajuda*, que qualquer pessoa pode desenvolver não necessitando de formação alguma, podendo ser feito até por caridade, voluntariado, filantropia. Assim, não necessitando de educação continuada. Os prefeitos e gestores, que possuem o poder de decisão, em geral não conseguem perceber a relevância de um Programa de Educação Permanente e Continuada dos seus trabalhadores.

O acompanhamento das atividades do CapacitaSUAS pela equipe da esfera estadual - SEDHIC/SEDES é outro desafio que precisa ser superado. Esta foi uma avaliação desenvolvida conjuntamente buscando estratégias de superação de forma conjunta. Apesar de tantos desafios, o CapacitaSUAS/MA apresenta, em sua 1ª fase inúmeras potencialidades que levam a se afirmar sobre sua relevância, tanto no que diz respeito aos resultados avaliados pelos destinatários das ações, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, quanto aos demais sujeitos envolvidos.

Articulação ensino, pesquisa e extensão - O CapacitaSUAS no interior da UFMA foi transformado em Projeto de Extensão intitulado “CAPACITASUAS MARANHÃO”, conforme Resolução 1213/CONSEPE de 27.11.2014. Apesar de não haver tramitado como projeto de pesquisa, por conta do tempo que seria necessário, o Projeto não se restringiu a somente promover cursos de capacitação, a transmitir conhecimentos uma vez que, tem como objetivo contribuir para a qualificação dos serviços socioassistenciais no Estado do Maranhão, através da capacitação de trabalhadoras/es do SUAS e da produção de conhecimentos.

Fomento ao debate acadêmico acerca da Assistência Social como direito, envolvendo professores e alunos do Curso de Serviço Social; Estágio Obrigatório a alunas do Curso de Serviço Social; atividade de monitoria aos alunos do Curso de Serviço Social, que utilizam aproveitamento de carga horária como Atividades Complementares, possibilitando compartilhar o

processo de trabalho desenvolvido em sala de aula, oportunizando assim, o acesso a conhecimentos articulados pela relação professores x trabalhadores.

Ampliação de estudos por pesquisadores do GEDES na área da Assistência Social, bem como o fomento da produção, socialização e publicação de conhecimento científico pela equipe da UFMA em articulação com a equipe SEDES. O exemplo pode-se citar a participação na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas realizada em 2013, através de Comunicações Orais coletivas e individuais e uma Mesa Coordenada, contando também com a publicação de artigos científicos.

Realização de pesquisa através do Programa de Iniciação Científica da UFMA – PIBIC, com um Projeto de Pesquisa intitulado: "trabalhadoras, trabalhadores e processos de trabalho no Sistema Único de Assistência Social - SUAS no estado do Maranhão" e dois Planos de Trabalho, envolvendo 04 estudantes de Serviço Social. Além disso, há que destacar ainda a produção de Monografias sobre temáticas da Assistência Social concluídas e em andamento.

Composição e funcionamento da equipe de professores. Dupla de professores, formada por um docente e um profissional da Política de Assistência Social por turma, durante as 40h, permitindo assim, a articulação democrática de saberes, dos professores e dos participantes a partir de sua formação superior específica e da vivência do trabalho cotidiano.

Proposta pedagógica teve como base a realidade do trabalhador no SUAS no estado do Maranhão, e para isso, a sugestão foi utilizar como referencial bibliográfico estudiosos da realidade maranhense que tem como temática as dimensões de pobreza, vulnerabilidade, risco e assistência social.

Percurso metodológico teve como base o plano de aula, a partir da referência da matriz pedagógica definida pelo MDS e as demandas da realidade maranhense. A proposta para fazer a relação com a realidade foi construir de forma coletiva ou em grupo, mapas que retratassem as expectativas do discente com o curso; mapa da realidade maranhense, com

suas potencialidades e limites - “O Maranhão que eu Conheço” e o mapa do trabalho profissional, com os serviços e equipamentos existentes.

Metodologia participativa, criativa e democrática foi considerada outro ponto de destaque do Curso, o que se pode afirmar pela avaliação que revela: “Considero que a metodologia utilizada contemplou e propiciou a construção do pensamento e favoreceu a visualização da política pública no município e da nossa prática profissional”.

Nesta 1ª fase do CapacitaSUAS/MA foi previsto a oferta de 2.250 vagas para capacitação dos trabalhadores através de 03 Cursos com carga horária de 40 horas cada, mediante a realização de 56 turmas, sendo alcançado 92% da meta. Foram ofertados os seguintes cursos: Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria; Curso de Atualização de Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS e do Plano Brasil Sem Miséria o Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS. A síntese das avaliações com os sujeitos envolvidos mostra que a experiência promoveu articulação relevante através da ação conjunta de professores da UFMA e outras IES e técnicos que trabalham na Política de Assistência Social no Estado, além de alunos (monitores, estagiários e bolsistas) e os trabalhadores/as.

5. CONCLUSÃO.

Considerando os desafios para a implementação do CapacitaSUAS no Maranhão, vivenciado pelas equipes e relatados acima, consideramos que algumas lições dessa experiência possam subsidiar ações de aperfeiçoamento dos processos de continuidade do CapacitaSUAS. As avaliações indicam que o CapacitaSUAS no Maranhão (1ª fase) garantiu a qualidade esperada. A experiência promoveu articulação relevante através da ação conjunta de professores pesquisadores da UFMA e outras IES e técnicos que trabalham na

Política no Estado, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS em todo o estado do Maranhão, além de alunos (monitores, estagiários e bolsistas). Por outro lado, embora tenha sido formalmente um projeto de extensão, tem contribuído para a articulação do ensino, pesquisa e extensão dentro da UFMA, contribuindo para o cumprimento da função social da universidade pública.

A questão central que desafia a educação permanente é a necessária crítica da emancipação política em favor da emancipação humana (MARX, 2010). Nesse sentido, e como decorrência, a tarefa primordial é religar o que ao longo do tempo foi apartado, resgatando, como centralidade do trabalho, o território.

Assim, formação permanente significa para os trabalhadores do SUAS, o exercício de desconstrução de preconceitos e mesmo referências pouco refletidas, o que lhes exige vivenciar e aprender com as experiências dos usuários em seus territórios. Significa também colocar a si mesmos como sujeitos e a seus trabalhos, sob vigilância constante, cumprindo a tarefa diária de crítica e auto crítica. Sob essa dupla condição, colocar seu acúmulo teórico-metodológico e político-pedagógico em tempo real. Trata-se de tornar o corpo discursivo pensamento em ação.

Para tanto, a base de toda formação, requer o encontro dos dois sujeitos centrais de construção do SUAS: usuários e trabalhadores, onde o protagonismo é dos primeiros e a iniciativa dos últimos, como esforço coletivo, sistemático, continuado e estratégico de formação e auto-formação na ação. Formação essa que precisa imiscuir-se em territórios onde possa construir um trabalho vivo, isto é, no chão das relações e acontecimentos, tecendo o fio que os une. É essa contínua indagação da realidade e a convicção de que outras realidades são possíveis que se exige aqui, e é nesse sentido que precisam ser ouvidas, sentidas e transformadas as experiências, caso contrário, apenas se desperdiça o presente, sem preparar qualquer futuro, a partir das lições do passado.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. **Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad-Adenauer, 1999.

BRASIL. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**: texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília. 2009.

Política Nacional de Educação Permanente do SUAS: PNEP/SUAS. 1. ed. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/politica-nacional-de-educacao-permanente-do-suas-pnep-suas>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SILVA, Lília Penha Viana. **RUPTURAS E CONTINUIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: da benemerência ao direito – uma incursão no Brasil e no Maranhão**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP/ Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. A Assistência Social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; FALCÃO, Maria do Carmo; TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury. **Os direitos dos (desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 2008.

Relatório sobre as Atividades do GDÊS no CapacitaSUAS/MA. UFMA, São Luís, 2014.

YASBEK, Maria Carmelita. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS**. Em Pauta/Organizador: José Ferreira da Cruz. et al. -Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: MDS, 2014, 300p.